

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Globalização, nova pobreza e destruição ambiental na América Latina .

Gennari, Adilson M y Silva, Ana Carolina A. B.

Cita:

Gennari, Adilson M y Silva, Ana Carolina A. B (2009). *Globalização, nova pobreza e destruição ambiental na América Latina. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/582>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/HwP>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Globalização, nova pobreza e destruição ambiental na América Latina

GENNARI, Adilson M.

*Professor Assistente-doutor do Departamento de Economia da UNESP
Campus de Araraquara – SP – Brasil
Coordenador do GPHEC.¹
gennari@fclar.unesp.br*

SILVA, Ana Carolina A. B

*Mestre em sociologia
Pesquisadora do GPHEC da FCL da UNESP .
anaguerri@hotmail.com,*

1. Globalização e nova pobreza na América Latina

O processo de globalização capitalista foi originariamente detectado por Marx (1980: 12) da seguinte maneira: “impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países.”

¹ GPHEC: www.fclar.unesp.br/grupos/gphec/gphec.html

Segundo Chasnais (1997: 13-14) “as políticas de liberalização, desregulamentação e privatização que os Estados capitalistas adotaram um após o outro, desde o advento dos governos Thatcher em 1979 e Reagan em 1980, devolveram ao capital a liberdade, que havia perdido desde 1914, para mover-se à vontade no plano internacional, entre países e continentes”. Dito de outro modo, as reformas neoliberais que varreram o mundo tiveram como um de seus determinantes as novas exigências e necessidades das novas *corporações de escopo* (Braga: 1997) e exigem um ambiente econômico e político que contenha abertura de mercados, desregulamentação das relações do trabalho, flexibilização institucional, estabilidade cambial, etc.

A classe trabalhadora vem experimentando profundo abalo com a elevação sem precedentes dos níveis de desemprego e informalização com impacto relevante na evolução da pobreza. Com efeito, as forças racionalizadoras, liberadas pela chamada terceira revolução industrial, são mais intensas do que as forças geradoras de emprego. Os dados para a América Latina são enfáticos nesse sentido. Se em 1990 a taxa de desemprego era de 6,2%, em 2002 atingia a taxa de 10,7%. As mudanças não foram apenas quantitativas, mas também assumiram um caráter qualitativo. Segundo o relatório da CEPAL (2007: 130), “el proceso de globalización y transformación productiva en curso desde hace algunas décadas no solo ha supuesto una reorganización profunda de los sistemas productivos, la estructura ocupacional y los mercados de trabajo a escala mundial, sino que ha planteado nuevos e importantes desafíos para la investigación y el diseño de políticas em el ámbito del empleo.” Um indicador das profundas transformações é sem dúvida o percentual de trabalhadores assalariados com contrato formal. Segundo a CEPAL, se em 1990 havia 46,7% de trabalhadores formais, em 2002 este percentual decaiu para 41,7%, ou seja, menos da metade dos trabalhadores latino-americanos possuem o estatuto de trabalhadores formais com amplas conseqüências no âmbito dos direitos e da cidadania. No que tange ao desemprego, com exceção da Bolívia e do Peru, todos os demais países experimentaram elevações expressivas nos níveis de desemprego.

A sociedade latino-americana vem experimentando mudanças estruturais profundas. Se somarmos a esse legado, três questões fundamentais como: a) transformação estrutural por que passava o capitalismo, (Ianni, 1992; Piore & Sabel, 1984) relacionada à terceira revolução tecnológica; b) a quase-hegemonia do ideário neoliberal na Europa e nos Estados Unidos, (Sader, 1995) e c) a derrocada do socialismo real (Kurz, 1992); teremos um quadro representativo dos dilemas e mudanças que sacudiram a América Latina na virada do século.

Segundo Anderson (1995), é fundamental ressaltar que a globalização recente do capitalismo implicou, entre outras coisas, a implementação de um conjunto de medidas e de

recomendações de política econômica e de política externa semelhantes em quase todos os países do mundo. Dentro desse conjunto de medidas, as mais relevantes incidiram sobre os seguintes aspectos: a) disciplina fiscal; b) priorização dos gastos públicos no sentido de combate ao déficit; c) reforma tributária; d) liberalização financeira; e) flexibilização do regime cambial; f) abertura comercial; g) estímulo ao investimento direto estrangeiro; h) privatização; i) desregulamentação das relações de trabalho e j) regulação da propriedade intelectual.

A política de estabilização, reconhecida pelos Governos como aspecto mais importante no curto prazo, e na medida em que tem na âncora cambial seu aspecto decisivo, tornou deliberadamente a política externa e toda a política governamental refém dos ingressos do capital financeiro internacional. Assim, os países da América Latina adotaram o chamado programa de ajuste estrutural que surgiu no início dos anos 1980. Segundo Mora-Alfaro (2007:19), “um programa de ajuste estrutural é a condição imposta pelo FMI e pelo Banco Mundial a um país para outorgar-lhe respaldo financeiro destinado a enfrentar um grave problema de pagamentos internacionais. Trata-se de uma receita única e de pretensa validade universal aplicada independente da situação particular de cada país. (...) Os programas de ajuste estrutural compreendem medidas estabilizadoras, que reduzem a demanda, e de medidas estruturais, que atuam sobre a oferta. Tenta corrigir os déficits excessivos do setor público e da balança de pagamentos.”

A relevância social da questão da *nova pobreza* vem ganhando nova dimensão e significado, na medida em que poderá tornar-se elemento central nos debates sobre integração regional no âmbito da recém criada (05/2008) União das Nações Sul-Americanas – UNASUL.

O panorama social da América latina na virada do século é complexo. Quase metade da população vive em condições de pobreza. Em 2000, por exemplo, a AL possuía uma população estimada em 516 milhões de habitantes dos quais aproximadamente 215 milhões estavam em situação de pobreza. Certamente a concentração da renda é um importante agravante da pobreza. O coeficiente de Gini é geralmente aceito como medida de concentração de renda. Até 2002, podemos identificar o Brasil e a Bolívia, como os países mais problemáticos neste quesito, cujo grau de concentração de renda é classificado como “muito alto”. A maior parte dos países se encontram na estratificação alta e média de concentração de renda. A exceção honrosa fica apenas para o Uruguai.

Segundo Estenssoro (2003: 81), “as análises sobre a pobreza distinguem geralmente entre a *pobreza absoluta* e a *pobreza relativa*. A *pobreza relativa* (desigualdade) diz respeito a unidades de análise que são pobres em relação a outras unidades mais ricas. Já a *pobreza absoluta* caracteriza exclusivamente a situação da unidade analisada, sem haver comparações. Assim, *pobreza absoluta*

existe quando a vida dos envolvidos se vê afetada por carências físicas ou sócio-culturais (...) Pobres são então aqueles que não podem satisfazer suas necessidades materiais ou sócio-culturais mínimas ou fundamentais.”

Os dados apresentados pelo Panorama Social da CEPAL dão conta de que o total de pobres da América Latina cresceu sistematicamente de 1980 até 2002, passando de 135 milhões para 221 milhões, tendo apenas revertido a tendência em 2004, quando o número de pobres caiu para 217 milhões. Já o número de indigentes saltou de um total de 62,4 milhões em 1980 para 97,4 milhões em 2002. Em números relativos à população, a pobreza cresceu de 40,5% em 1980 para 44,0% em 2002 e a parte da população indigente saltou de 18,6% para 19,4%.

Na avaliação do Banco Mundial (2001) a pobreza está associada principalmente a três fatores: localização numa área pobre; baixa escolaridade e família numerosa. Tanto o Banco Mundial quanto o BID adotam a perspectiva do rendimento, ou seja, a pobreza é definida quando um ser humano se encontra abaixo da linha da pobreza. O Banco Mundial estabelece como linha da pobreza o rendimento de US\$ 1 por dia por pessoa. Já o BID entende que a linha da pobreza está situada em US\$ 2 por dia por pessoa. A CEPAL, entretanto, possui uma abordagem mais ampla, na medida em que considera a pobreza como a privação de diversos elementos que inclui educação, saúde, alimentação, serviços e inserção no mercado de trabalho. O PNUD também possui uma abordagem bastante ampla reconhecendo em seu conceito de pobreza até moradia e situação de saúde, ou seja, o PNUD examina a totalidade das condições que permite a um indivíduo e sua família participarem da sociedade sem privações e sem necessidades.

Nossa hipótese é que a variação da *nova pobreza* depende da variação do nível de emprego, das lutas sociais, da variação dos gastos sociais e da variação da balança comercial. Entretanto, como os países da América Latina são estruturalmente deficitários na conta de serviços, é preciso incluir tal conta no cálculo.

2. Devastação ambiental e nova pobreza na América Latina

Desde os anos 1970 a questão da destruição do meio ambiente vem ganhando relevância nos meios intelectuais, políticos e nos movimentos sociais. A conferência da ONU, em Estocolmo, em 1972 é considerada um marco decisivo. Atualmente os motivos estão bem claros: convivemos no dia-a-dia com um modelo de desenvolvimento que provoca a devastação ambiental.

Na avaliação pioneira de Marx (1986: 107), “no desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma fase onde surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no quadro das relações existentes, apenas causam estragos e não são mais forças produtivas, mas forças destrutivas.” (grifo nosso)

Segundo Guimarães (1988), a história da humanidade é a história de suas relações com a natureza e quanto mais avançada a sociedade tecnológica, mais íntimas e mais exigentes se tornam as inter-relações entre seres humanos e natureza. Assim, à medida que as civilizações se empenham em satisfazer necessidades e aspirações humanas crescentes, novas e mais intensas demandas são impostas ao meio ambiente.

Já para Altvater (1995) o desenvolvimento econômico é contrário à proteção do meio ambiente, na medida em que a riqueza, medida pelo grau de industrialização e pelo que ela possibilita em termos de oferta de bens de consumo e de utensílios, é aumentada na mesma proporção que a pobreza.

Assim, podemos dizer que os limites do desenvolvimento capitalista e também do desenvolvimento sustentável estão na necessidade da superação do atual modo de produção, com a substituição de sua ética da exploração e da competição por novos valores.

O recente processo de mundialização do capital suscita a necessidade de um novo paradigma. Neste sentido, para Guimarães (2001) esse paradigma alternativo à globalização capitalista deve recusar o crescimento econômico ilimitado, o esgotamento dos recursos naturais e o aumento da exclusão social. Assim, a sustentabilidade depende da inter-relação entre: população (tamanho, dinâmica); organização social (padrão de produção, estratificação); entorno (ambiente, recursos naturais); tecnologia (inovação, energia) e aspirações sociais (valores, cultura), denominada “equação do POETA”.

A destruição ambiental encontra nos países do Norte seus maiores responsáveis. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2001: 297), “os países do Norte ‘especializaram-se’ na poluição industrial e em tempos mais recentes têm conseguido exportar parte dessa poluição para os países do Sul, quer sob a forma de venda de lixo tóxico, quer por transferência de algumas indústrias mais poluentes por ser aí menor a consciência ecológica e serem menos eficazes os controles antipoluição.”

A forma em que a sociedade capitalista se organiza implica necessariamente em problemas ambientais e sociais. De todos “os efeitos da poluição e da degradação ambiental em geral, os mais ameaçadores são hoje em dia o efeito estufa e a degradação da camada de ozônio.” (Santos, 2001: 297) e os “fatores da transnacionalização do empobrecimento, da fome e da má nutrição tiveram entre muitas conseqüências adversas a da degradação ambiental. A pressão para intensificação das culturas de exportação combinadas com técnicas deficientes de geração de solos, levaram à desertificação, à salinização e à erosão. A destruição das florestas tropicais, sobretudo no Brasil e na América Latina mas também na Indonésia e nas Filipinas, é apenas o exemplo mais dramático.” (Idem: 296)

Santos (2001: 43) conclui que o significado da crise mundial atual está na “acumulação das irracionalidades, no perigo iminente de catástrofe ecológica, na miséria e na fome a que é sujeita uma grande parte da população mundial – enquanto há recursos disponíveis para lhes proporcionar uma vida decente e uma pequena minoria da população vive numa sociedade de desperdício e morte de abundância -, na destruição pela guerra de populações e comunidades em nome de princípios étnicos e religiosos que a modernidade parecia ter descartado para sempre, na droga e na medicalização da vida como solução para um quotidiano alienado, asfixiante e sem solução”.

Para Mészáros (1989: 29), “devemos ter em mente que a alienação dos meios de produção do produtor é, simultaneamente, também a perversa metamorfose de tais meios de produção em capital.” Neste sentido, toda a maquinaria do atual estágio do capitalismo necessariamente serve mais a propósitos destrutivos do que a objetivos produtivos. Além das guerras, verifica-se um aumento na velocidade de obsolescência das mercadorias produzidas de modo que temos uma taxa decrescente de uso de todos os bens produzidos nunca antes verificada na história.

Tal processo destrutivo engendra uma crise social com uma espécie de *new apartheid* que fica evidenciado na atual reorganização urbana onde “nas cidades, os ricos se enclausuram em fortalezas, recolhem-se em condomínios cercados de muralhas e rigorosa vigilância, protegendo-se contra as ondas da pobreza”. (Altvater,1995: 25).

Curiosamente, não é o crescimento econômico que causa tais tensões ambientais, como advogam algumas tendências ambientalistas e críticas. Compartilhamos com a idéia de Altvater segundo a qual o problema da destruição da biosfera, o efeito estufa e todos os problemas daí decorrentes, como por exemplo, o aquecimento global, é inerente à sociedade capitalista e não apenas ao crescimento econômico. Assim, “o problema não reside na dimensão dos coeficientes de crescimento econômico, mas no modo de regulação do ‘metabolismo’, da troca material entre natureza, indivíduo e sociedade.” (1995: 30) Nesta direção, Altvater conclui que “a sociedade industrial capitalista de modo algum soçobrará em consequência de crises econômicas; mas ela gera uma lenta crise civilizatória, uma expressão do entropismo da natureza e do sistema social, e do anti-entropismo da economia das transformações materiais e energéticas no processo de desenvolvimento.” (Idem: 31)

3. Conclusão:

A sociedade latino-americana vem experimentando, desde os anos oitenta, mudanças profundas, derivadas do processo de globalização do capitalismo. Ganha relevância duas de suas características: a) o surgimento de uma nova pobreza, e b) o assombroso grau de degradação do meio ambiente.

Neste processo de incorporação intensiva de inovações e, portanto, das novas conquistas tecnológicas no campo da robótica, da informática e da biotecnologia, a produtividade do trabalho deu um salto brutal. Se de um lado observa-se o crescimento da produção de alimentos e de novos medicamentos, de outro lado, verifica-se um devastador impacto cuja característica principal é seu duplo aspecto: as forças produtivas do capitalismo, postas em movimento a aproximadamente 500 anos, transformaram-se, no final do século XX e início do século XXI, em forças destrutivas, com descomunal impacto sobre a devastação ambiental, bem como a devastação dos seres humanos enquanto força de trabalho, ou seja, as mesmas forças que promovem o aumento da produção reproduzem a natureza e os homens como dejetos de um processo industrial caracterizado pela hiper-produtividade do trabalho.

As populações pobres são as mais afetadas pela destruição ambiental, pois a um só tempo sofrem o impacto do aumento do desemprego estrutural e da devastação ambiental, com a proliferação de doenças, a favelização urbana, a falta d'água e de saneamento básico. Nesse sentido, é possível concluir que o surgimento da nova pobreza e a devastação ambiental são duas faces do mesmo processo de produção destrutiva da nova fase do capitalismo globalizado e refletem um momento histórico de crise civilizacional.

Bibliografia:

- ALTVATER, Elmar. *O Preço da Riqueza – pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.
- ANDERSON, P. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, E. (org.) *Pós-neoliberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BANCO MUNDIAL. “O combate à Pobreza no Brasil” *Relatório do Setor de Redução da Pobreza e Manejo Econômico, nº 20475-BR*. Depto. do Brasil, março/2001.
- BARROS, Ricardo P. e MENDONÇA, Rosane. “Os determinantes da desigualdade no Brasil”. RJ: IPEA, *texto para discussão nº 377*, jul. 1995.
- BRAGA, José C. S. “Financeirização Global – o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo”. In: TARARES M. C. e FIORI, L. *Poder e dinheiro*, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- CÂNDIDO, Antônio. *Parceiros do Rio Bonito*, São Paulo: Duas Cidades, 2001.
- CEPAL. *Panorama social de América Latina*. Nações Unidas: 2006.
- CHESNAIS, F. “A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século”. *Revista Economia e Sociedade*, n. 5: 1-30. Campinas: UNICAMP. dez. 1995
- DINIZ, N.; SILVA, M.; VIANA, G. (Orgs.) *O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- ESTENSSORO, Luís. “*Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina*”. Tese de doutorado, FFLCH/USP, 2003.
- FURTADO, Celso. (1992) “Repensando o Subdesenvolvimento”. *Revista Economia e Sociedade* n. 1, Campinas, ago. 1992.
- GENNARI, Adilson M. “os determinantes da pobreza na América do Sul: uma proposta metodológica” *Anais do Colóquio internacional (Des)envolvimentos Contra a Pobreza*. <http://www.unimontes.br/coloquiointernacional/arquivos/63adilsonmarquesgennari.pdf>, 2008.
- GUIMARÃES, Roberto P. “A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento”. In: DINIZ, N.; SILVA, M.; VIANA, G. (Orgs.) *O Desafio da Sustentabilidade*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- HAYEK, F.A. Von. *O Caminho da Servidão*, 2ª ed., SP, Ed. Globo, 1977, 1ª ed. 1944.

- HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- IANNI, O. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1992.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- MARX, Karl e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*, São Paulo: CHED, 1980.
- MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MÉSZÁROS, István. *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*. SP: Ensaio, 1989.
- MORA-ALFARO, Jorge. Social economic development and poverty in Latin America and the Caribbean. MPRA, *Paper n. 1529*, january 2007.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista - o ornitorrinco*. SP: Boitempo, 2003.
- PIORE, M. e SABEL, C. *The Second Industrial Divide*, NY: Basic Books, 1984.
- PNUD. Superar la Pobreza Humana. Informe Del PNUD sobre la pobreza. Nova York, PNUD, 2000. (AL: <http://www.undp.org/rblac/index.htm>).
- ROCHA, Sônia. “Crise, Estabilização e Pobreza”, *Conjuntura Econômica*, <http://www.fgv.br/fgv/ibre/cecon/ensaio.htm>.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SILVA, Ana Carolina Aguerri Borges da. *Meio Ambiente e Movimentos Sociais: um olhar sobre as conferências oficiais das Nações Unidas na década de 1990*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2005.
- SEN, Amartya. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.